

José Fogaça anuncia apoio do PMDB à lei da telefonia celular

Em encontro com a bancada do partido, Fernando Henrique Cardoso prometeu disciplinar em 6 meses órgão regulador das telecomunicações

O senador José Fogaça (RS) anunciou sexta-feira, no plenário do Senado, o apoio da bancada do PMDB na Casa ao projeto que abre o setor de telefonia celular aos investimentos privados e ao capital estrangeiro, apesar das restrições feitas ao projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposta votada pelos deputados, segundo o parlamentar gaúcho, apresenta três inconstitucionalidades, mas, explicou, o compromisso assumido por Fernando Henrique Cardoso, em encontro dos senadores do PMDB, de corrigir as distorções levou a bancada do partido a apoiar o projeto e não atrasar sua tramitação com a apresentação de uma proposta substitutiva, destacou Fogaça.

Conforme o senador, a primeira inconstitucionalidade apontada pelo PMDB no projeto aprovado pela Câmara refere-se à criação, pelo Congresso, do órgão regulador, já que,



Fogaça: inconstitucionalidades serão corrigidas

frisou, isso não estava previsto na proposição original do Executivo. "A segunda é quando diz o texto que, a partir do prazo de seis meses, se o Presidente ainda não tiver enviado a lei que regulamenta esse órgão, cabe ao Congresso a iniciativa legislativa de exercê-la cumulativamente com o Presidente. Há uma terceira inconstitucionalidade, quando estabelece um prazo para que o governo envie a lei, o que, evidentemente, também é uma interferência em outro Poder", disse ele.

A importância do projeto que

abre a telefonia celular aos investimentos privados, nacionais e estrangeiros, foi enfatizada pelo senador José Fogaça, situando-a como mais uma etapa do processo de abertura da economia e revisão de monopólios estatais, iniciado com a aprovação pelo Congresso das emendas constitucionais enviadas pelo governo no ano passado.

No encontro com o presidente da República, relatou Fogaça, Fernando Henrique Cardoso exercitou mais uma vez seu diálogo com a classe política e os parlamentares, assumindo compromissos no sentido do disciplinamento legal do órgão regulador, previsto na lei de telecomunicações, no prazo de seis meses.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o anúncio de Fogaça. **Página 2**



Elcio Alvares

Elcio afasta crítica e aposta no resultado da convocação

A convocação extraordinária deste mês de julho será altamente produtiva e "dará orgulho aos parlamentares", pela quantidade e qualidade das matérias que serão apreciadas. A previsão foi feita sexta-feira pelo líder do governo no Senado, Elcio Alvares. O senador repudiou ainda as críticas feitas à convocação e enalteceu o trabalho das comissões do Senado.

Página 2

Maldaner defende fiscalização no uso da verba da CPMF

O senador Casildo Maldaner defendeu uma fiscalização rigorosa do emprego da receita da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. O senador José Sarney apresentou projeto prevendo a destinação dos recursos da CPMF ao tratamento dos portadores do HIV e doentes de Aids. **Página 5**

Jucá busca apoio a projeto que incentiva moradia

Objetivo da proposta defendida pelo senador é remover obstáculo criado pelo Estatuto do Trabalhador Rural. **Página 4**

Para Lauro, FHC repete erros de Campos Salles

Página 6

Senadores pedirão demarcação em Serra Pelada

Objetivo do pedido de uma comissão que visitou o local é evitar conflitos dos garimpeiros com a Vale do Rio Doce. **Página 7**

Artur da Távola critica governo por cortes na cultura

*Senador lamenta que programas da área sejam descartados em nome da estabilização. **Página 3***

Convocação será muito produtiva, prevê Elcio

Líder do governo repudia críticas aos trabalhos extraordinários do Congresso e enaltece o desempenho das comissões do Senado, essencial à preparação dos projetos para votação

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES) previu sexta-feira que a convocação extraordinária deste mês de julho será altamente produtiva e "dará orgulho aos parlamentares", pela quantidade e qualidade das matérias que serão apreciadas.

Ele cumprimentou a bancada do PMDB pelo espírito de colaboração demonstrado com o apoio ao projeto que abre a telefonia celular aos investimentos privados, e fez elogio aos três relatores da lei de telecomunicações nas comissões da Casa - os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Osmar Dias (PR) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

Elcio Alves também destacou a permanente disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso para o diálogo, fato que o senador aponta como "exemplo maior para todo o ministério" e base para as boas relações entre Executivo e Legislativo.

O senador repudiou ainda as críticas feitas à convocação extraordinária do Congresso e enalteceu o trabalho das comissões do Senado. Um trabalho que não

aparece como o do plenário, explicou, mas que é fundamental para preparar os projetos para votação. Na primeira quinzena deste mês, acrescentou o senador,

as comissões trabalharam muito, e os resultados serão vistos a partir da semana que vem, quando as votações de plenário serão intensificadas.

Cabral teme que indefinição de política para a telefonia afaste investimentos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou sexta-feira, no plenário do Senado, o anúncio feito pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o apoio da bancada do seu partido, o PMDB, à lei de telecomunicações, que abre a exploração da telefonia celular (banda B) aos investimentos privados, mas alertou os parlamentares para a efetiva necessidade de uma rápida regulamentação do órgão regulador do setor, que o governo propôs em seu projeto.

De acordo com o senador amazonense, relator da

comissão especial do Senado que analisou a elaboração dos projetos de leis regulamentadoras das mudanças constitucionais na Ordem Econômica, até que o órgão regulador seja disciplinado em lei todo o seu poder ficará nas mãos do Ministério das Comunicações.

Essa transitoriedade, até que sejam adotadas regras definitivas sobre a política do setor e o órgão respon-

sável por sua condução e fiscalização, concluiu o senador, poderá inclusive inibir o fluxo de investimentos na área. Cabral registrou a coincidência da discussão do tema na sexta-feira com a circulação de suplemento especial do *Diário do Senado Federal*

contendo a íntegra do relatório da comissão especial que analisou a legislação reguladora das mudanças constitucionais.



Bernardo Cabral

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 23/96.

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (16.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

COMISSÕES

Terça-feira (16.07.96)

10h - Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *PLC nº 32/96 (não terminativo), que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Lançamento regional do Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR) Internacional - 1996 - das Nações Unidas, com a presença do diretor do Escritório Regional do PNUD para a América Latina e Caribe, Fernando Zumbado. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Quarta-feira (17.07.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição da embaixadora da Polónia, Katarzyna Skórzynska, acerca das relações econômicas Brasil-Polónia.

2ª parte: *PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; e *PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Quinta-feira (18.07.96)

9h - Comissão destinada a definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Távola critica governo por descartar cultura

Desativação do Proler, programa destinado a criar e reforçar o hábito da leitura, é duramente condenada pelo senador: "Tecnologia não exclui o livro"

Governador causou atraso de salário, diz Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) atribuiu toda a responsabilidade pelo atraso no pagamento dos salários de junho passado a cerca de 14 mil funcionários federais à disposição do governo de Roraima "à ignorância e à prepotência" do governador Neudo Campos. Conforme disse, o governador se negou a assinar convênio com os Ministérios da Fazenda e da Administração, facilitando o pagamento daqueles servidores.

Contrastando com a atitude dos governadores de Rondônia, do Acre e do Amapá, que assinaram o documento permitindo que os funcionários federais daqueles estados recebessem em dia, segundo Romero Jucá, Neudo Campos preferiu ir a uma emissora de TV, onde rasgou o convênio diante das câmeras. Disse o senador que, arrependido do erro que havia cometido, o governador esteve quinta-feira em Brasília, onde, finalmente, assinou o documento.

A liberação dos recursos para pagamento dos salários está prevista para hoje, informou Jucá, que se manifestou preocupado com as multas que deverão ser cobradas aos funcionários federais que deixaram de pagar, involuntariamente, seus compromissos em dia. O senador pediu às empresas estaduais de água, luz e telefone a dispensa das multas.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) criticou sexta-feira o governo federal, que estaria considerando a cultura como o primeiro elemento a ser descartado nas medidas de estabilização da economia. Citou especificamente o caso do programa Proler, do Ministério da Educação, que com equipe de apenas 50 funcionários atendia a mais de 300 municípios, no esforço de criar e reforçar o hábito da leitura. Afirmou o senador que o Proler será desativado por cortes do Ministério do Planejamento, com a demissão de todo o quadro de pessoal.

- Pergunto ao meu governo, pergunto ao ministro da Cultura, ao ministro do Planejamento: por que logo em cima do livro e da cultura? - disse o senador.

Para Távola, não se pode pensar em desenvolvimento e modernização sem uma



Artur da Távola

base concreta de conhecimento, adquirida principalmente pela leitura.

- A tecnologia não exclui o livro nem a leitura, e a própria atividade parlamentar tem raiz na palavra, como a própria etimologia o indica. Não há nação evoluída sem bases concretas no hábito de leitura, por não se conceber crescimento de nenhum país sem o desenvolvimento paralelo do hábito concreto de leitura - ressaltou Artur da Távola.

O senador citou pesquisas de mercado que teriam identificado o surgimento de uma vanguarda intelectual entre as classes de menor poder aquisitivo. As pesquisas tomaram como base o aumento da demanda por fascículos de enciclopédias, entre outros quesitos. Távola defende que o governo leve em conta essa nova realidade.

- O desenvolvimento não é apenas o enriquecimento de alguns ou o aumento do poderio militar, mas a busca da felicidade e bem-estar para toda a Nação - disse.

Como parte da estratégia de desenvolvimento integral do País, o senador Artur da Távola propôs a criação de incentivos para instalação de mais livrarias; ampliação e barateamento da venda de livros pelo Correio; biblioteca nas escolas básicas; e intensificação de feiras de livro.

Marluce comemora regularização dos servidores federais em Roraima

A notícia de que os mais de 8 mil servidores federais lotados em Roraima tiveram sua situação regularizada foi comemorada pela senadora Marluce Pinto



Marluce Pinto

(PMDB-RR) como uma vitória desses funcionários, "que nunca se que-daram diante das incertezas, dos boatos e não se deixaram levar por falsos pregadores da desilu-

ção".

Marluce Pinto disse que foi testemunha ocular da angústia vivida por esses servidores de situação indefinida desde a transformação do território

em estado de Roraima. "Não raras vezes, pessoas inescrupulosas usaram sua aflição para inflamar ânimos e criar falsas expectativas com o único objetivo de tirar proveito da situação", garantiu a senadora,

lembrando que sempre esteve ao lado dos funcionários, lutando por uma solução.

A senadora explicou terem sido de sua autoria e do então deputado Otomar Pinto as emendas constitucionais que visavam garantir os direitos hoje concedidos aos servidores federais em Roraima. Conforme afirmou, nenhum servidor será demitido e todos terão seu definitivo cadastramento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Jucá pede apoio para projeto que incentiva habitação rural

O objetivo é restabelecer condições que permitam aos trabalhadores rurais voltarem a morar em locais próximos de onde trabalham

O senador Romero Jucá (PFL-RR) pediu sexta-feira o apoio do plenário para a aprovação de projeto originário da Câmara e aprovado quinta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que, segundo disse, corrige falha na política de habitação no interior do País. O senador informou que o projeto deverá constar da ordem do dia nesta semana.

A proposta inclui dispositivo no Estatuto do Trabalhador Rural estabelecendo que a cessão de moradia, de infra-estrutura básica e de bens destinados à produção para subsistên-



Romero Jucá

cia pessoal e familiar deixam de integrar o salário dos empregados rurais, observou. Mediante visto dos sindicatos dos trabalhadores rurais, os bens de produção e de moradia não mais serão objeto de

cálculo indenizatório, disse.

Segundo Jucá, as indenizações atuais provocaram, apenas no Nordeste, a retirada de cerca de 1 milhão de trabalhadores das casas localizadas nas propriedades rurais em que trabalhavam.

Antes, na sua opinião, havia uma política social de manter os trabalhadores morando em locais próximos ao seu trabalho.

O projeto restabeleceria essas condições anteriores a mudanças legais que prejudicaram principalmente os trabalhadores, ressaltou.

PNUD lança no Senado amanhã relatório de 96

O Relatório de Desenvolvimento Humano Internacional do ano de 1996 será lançado amanhã (dia 16), na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A divulgação se dará em nível de América Latina e ocorrerá simultaneamente a lançamentos em Washington e Tóquio, anunciou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na presidência da sessão de sexta-feira.

A solenidade no Senado contará com a presença dos senadores Ricardo Nunes, Antonio Safiero e Beatriz Paredes, respectivamente do Chile, Argentina e México, e de Fernando Zumbado, diretor do escritório regional do PNUD para a América Latina e Caribe. O relatório é elaborado desde 1990 e inclui perfis de desenvolvimento sócio-econômico dos vários países do mundo.

Campos propõe mais liberdade para uso dos símbolos nacionais

Os participantes de manifestações sociais espontâneas poderão utilizar os símbolos nacionais sem os rigores exigidos atualmente pela lei, caso seja aprovado projeto

apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Entende o senador que não significa desprezo o uso estilizado de adornos que lembrem as formas do Pavilhão Nacional. A seu ver, essa prática, comum em outros países, concorre, sim, para "o desenvolvimento de um salutar espírito patriótico".

Júlio Campos explicou que a Lei nº 5.700, por ser muito abrangente, além de exigir das instituições públicas e particulares o cumprimento rígido das normas que visam a preservar a perenidade dos símbolos nacionais - o que a seu ver é justo -, estabelece

penas para as violações ocorridas nas manifestações sociais espontâneas, "onde a ignorância inocente e a alegria e exaltação patriótica concorrem mais para um sadio sentimento cívico do que a obrigatoriedade de obediência à rigidez das disposições legais".

- Dessa forma, seria absolutamente imprópria e constrangedora para a autoridade a imposição de pena a um cidadão que conduza, durante as comemorações da vitória de nossa seleção de futebol, uma bandeira com forma, dimensões ou inscrições fora dos padrões legais - afirmou o senador. O projeto estabelece pena de detenção de um mês a um ano, ou multa, para quem impedir, perturbar ou vilipendiar publicamente o culto à Bandeira ou à execução do Hino Nacional.



Júlio Campos



Guilherme Palmeira

Palmeira busca maior estímulo à produção rural

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu sexta-feira, em plenário, projeto de sua iniciativa que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Atividade Rural (Pronar). O programa objetiva sustentar e incentivar a atividade agrícola de subsistência na região Nordeste, em especial a do Semi-Árido e do Sertão, e promover o acesso dos microprodutores rurais ao crédito agrícola, necessário à sua permanência no campo.

Conforme explicou, o financiamento para o Pronar será constituído de 30 por cento dos recursos do Banco do Brasil destinados ao crédito rural, por igual proporção dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, além de eventuais dotações orçamentárias específicas.

- Nós temos o dever constitucional de zelar pelo equilíbrio federativo, um princípio vital para a estrutura do sistema político brasileiro. Não pedimos privilégios, não pleiteamos benefícios indevidos, nem reclamamos vantagens abusivas. O que desejamos, com este projeto, é, em última análise, melhorar as desvantagens comparativas do Nordeste em relação às demais regiões também vocacionadas para a agricultura e a pecuária - disse Guilherme Palmeira.

Maldaner quer fiscalização sobre os recursos da CPMF

"Máfia da saúde" preocupa o senador, que ressalta o fato de o Congresso haver dado um voto de confiança ao governo

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) advertiu sexta-feira que se não houver uma fiscalização eficaz sobre as aplicações dos recursos obtidos com a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) o governo estará cometendo um ato de estelionato contra o povo. Em sua opinião, deve ser criado um quadro de servidores públicos especializados e bem remunerados para fiscalizar o emprego dessa receita, de forma a impedir que ela seja desviada pelo que chamou de "máfia da saúde".

Conforme o senador, criar impostos é sempre uma iniciativa desagradável, porém o



Casildo Maldaner

Legislativo compreendeu a necessidade de criação dessa contribuição financeira capaz de dar fôlego à situação emergencial em que se encontra a saúde brasileira.

- Apesar de ser uma medida impopular, o Congresso

não se intimidou com as eleições municipais, pois entendeu que o governo necessitava de um voto de confiança para tentar frear este caos na saúde - disse ele.

Exatamente por considerar um gesto de maturidade política a aprovação da CPMF, Casildo Maldaner deseja que o governo seja eficiente na administração desses recursos. Ele mencionou o crescente descrédito da sociedade com a falta de uma ação enérgica que melhore os serviços de saúde.

- Não é possível que verdadeiras quadrilhas continuem lucrando com a saúde pública - disse o senador.



Valmir Campelo

Valmir: Experiência de idosos precisa ser aproveitada

A criação do Conselho Municipal do Idoso foi proposta pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF) com o objetivo de dar aos mais velhos a possibilidade de contribuir com sua experiência na administração local e evitar que permaneçam à margem das atividades políticas, sociais e culturais da sua região.

O conselho, integrado por representantes da sociedade civil com idade superior a sessenta anos, deverá ser ouvido na tomada de decisões administrativas. O projeto determina, ainda, que o Sistema Único de Saúde mantenha ambulatórios geriátricos e unidades móveis de atendimento domiciliar para os idosos nos municípios brasileiros.

- Para transformar o apoio das entidades governamentais em ações concretas, é ideal que o processo tenha início na esfera mais próxima dos cidadãos, a municipal - defendeu Campelo, para quem a proposição de sua autoria "indica o caminho oficial para a valorização das experiências de vida dos cidadãos mais velhos", representando medida de alto valor social e democrático.

Valmir Campelo considera que o seu projeto está perfeitamente sintonizado com a nova política nacional do idoso. Para ele, com a recente regulamentação da lei que trata do assunto, "o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso começou a delinear uma ação coordenada com vistas a uma melhor assistência aos idosos".

Projeto de Sarney assegura remédios a doentes de Aids

A utilização de recursos a serem arrecadados pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para a distribuição obrigatória e gratuita, pelo Sistema

Único de Saúde (SUS), de medicamentos de última geração destinados ao tratamento dos portadores do HIV e doentes de Aids é o objetivo principal

de projeto de lei apresentado sexta-feira pelo senador José Sarney (PMDB-AP). A compra dos remédios será financiada pela dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde, inclusive verbas provenientes do novo imposto, a CPMF, cuja votação está sendo ultimada

pelo Congresso.

Empenhado em encontrar uma solução de emergência para os portadores do HIV e doentes de Aids, Sarney anunciou que vai procurar pessoalmente as lideranças partidárias, defendendo o regime de urgência para a tramitação da matéria. De acordo com o projeto, o Ministério da Saúde padronizará os medicamentos a serem utilizados

em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelo gestores do SUS.

O senador decidiu apresentar o projeto em resposta ao desafio lançado pelos resultados da XI Conferência Internacional sobre Aids, realizada em Vancouver, no Canadá.



José Sarney

Tais conclusões, "ao mesmo tempo em que oferecem esperanças para milhares de pessoas, trazem o desafio de encontrar meios para disponibilizar esses medicamentos para todos que deles necessitam, em razão de seu custo elevado, tanto para pacientes individualmente como para os programas governamentais de controle e assistência à Aids".

- O acesso à assistência farmacêutica por parte de alguns grupos vulneráveis é um dos elementos do direito de cidadania e está garantido pelo artigo 196 da Constituição. Um país como o Brasil não pode deixar de assumir a responsabilidade de oferecer condições de vida e esperança a milhares de vítimas da pandemia do HIV - afirmou o senador.

FHC repete erros de Campos Salles, diz Lauro

Senador lê em plenário artigo de jornal de 1899 com críticas ao aumento de impostos, a demissões de funcionários e às "viagens principescas realizadas à custa da nação"

O senador Lauro Campos (PT-DF) pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso mude a política econômica do seu governo, a fim de não repetir os erros cometidos por Campos Salles, no começo do século. O senador leu matéria do jornal mineiro *Cidade de Paracatu*, edição de 10 de dezembro de 1899, com duras críticas às ações daquele governante, entre elas aumento de impostos, demissões de funcionários públicos e "viagens principescas realizadas à custa da nação".

Ele disse que a atualidade



Lauro Campos

das críticas permitiria que aquele tablóide fosse um jornal de amanhã, tal a coincidência de atitudes entre os dois presidentes. Lauro informou que entre os redatores do jornal estava seu avô, como ele, segundo acentuou, também preocu-

pado com questões vitais para a solução dos problemas sociais brasileiros. O senador explicou que Campos Salles adotou medidas tão graves como a penhora da Companhia de Água do Rio de Janeiro, "comportando-se com evidente impatriotismo em relação aos credores externos".

- Com aquele governo, uma avassaladora crise se apossou da economia nacional, muito semelhante ao sucateamento atual - disse Lauro Campos, lamentando o fato de que Fernando Henrique Cardoso "está repetindo tristemente os mesmos erros, distorções e descaminhos que trilhou o infeliz

governo de Campos Salles a partir de 1898".

Lauro Campos acentuou que, ao final do seu governo, o presidente Campos Salles deixou o Rio de Janeiro e seguiu para a sua cidade de Campinas quase apedrejado. "Desejo que, em tempo, o presidente Fernando Henrique Cardoso mude sua rota, a fim de que, daqui a 100 anos, não venha um senador ler também um jornal sobre os crimes hoje praticados de fora para dentro da economia nacional", acentuou. Conforme o senador, Campos Salles não tinha a consciência que hoje tem Fernando Henrique Cardoso.

Cafeteira condena filme na TVE que mostra cartaz contra Maluf

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse que a exibição do documentário "Muda Brasil", pela TVE, com cenas sobre a campanha de Tancredo Neves à Presidência da República, faz parte da disputa eleitoral pelo próximo mandato de presidente da República.



Epitácio Cafeteira

da por alguém que se identifica apenas como Tom B.

Segundo Cafeteira, caso o projeto que permite a reeleição de Fernando Henrique Cardoso não seja aprovado, Maluf será o próximo presidente da República. O senador acredita que, mesmo em caso de disputa com FHC, o prefeito paulistano terá grande possibilidade de vencer. Epitácio Cafeteira disse que a administração de seu correligionário começa a incomodar.

- Esse filme tem o claro objetivo de enxovalhar a imagem de Paulo Maluf, mostrando cartazes contra o prefeito paulista, que na época era o adversário de Tancredo - afirmou.

Como exemplo da campanha para denegrir a imagem do prefeito de São Paulo, o senador citou nota publicada na *Folha de São Paulo* comentando a inauguração na Internet de página contra Maluf, assina-

Jonas quer a conclusão de trecho da BR-163

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu a conclusão das obras da BR-163 entre o distrito de Santa Helena, no município de Itaúba, em Mato Grosso, e o Porto de Santarém, no Pará. Esse trecho se encontra em precárias condições de tráfego, o que provoca o isolamento das comunidades situadas em plena floresta, assinalou.

Segundo o senador, a obra é de vital importância para evitar o estrangulamento regional e possibilitar que a produção local seja embarcada através daquele porto paraense para mercados externos, a custos mais baixos.



Jonas Pinheiro

Jonas Pinheiro disse que a região norte de Mato Grosso e sudoeste do Pará produz anualmente cerca de 3,5 milhões de toneladas de soja e 300 mil toneladas de arroz, e exporta mensalmente centenas de toneladas de carne suína e outras milhares de carne bovina.

Senadores pedirão ao Exército demarcação em Serra Pelada

Após visitar a área, parlamentares da comissão especial discutirão amanhã medidas para evitar conflito com garimpeiros



Ernandes Amorim

Amorim sugere maior divulgação de leis orgânicas

A educação do povo por meio do conhecimento das leis do país é fator indispensável à conquista da cidadania, afirmou o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), ao defender a divulgação da lei orgânica de cada município brasileiro entre os seus habitantes.

Para Ernandes Amorim, o dispositivo da Constituição que determina a edição popular do seu texto, para distribuição gratuita, deve ser igualmente aplicado pelos municípios com referência às suas próprias ordenações. Na opinião do senador, esse é um princípio salutar, já que "o município é a base fundamental da sociedade brasileira".

Ernandes Amorim disse que, na qualidade de constituinte estadual em Rondônia, lutou pelo fortalecimento dos municípios "para que não necessitassem viver com o pires na mão".

Referindo-se ao período em que foi prefeito de Ariquemes, o senador disse orgulhar-se mais de ter dotado o município dos instrumentos legais necessários ao seu desenvolvimento e progresso do que das inúmeras escolas, avenidas e estradas que mandou construir e que transformaram a cidade "numa das mais belas e promissoras do estado".

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ernandes Amorim (PMDB-RO) e Ademir Andrade (PSB-PA), da comissão especial destinada a apurar a situação dos garimpeiros em Serra Pelada, em visita



Edison Lobão



Ademir Andrade

sexta-feira à região, decidiram que vão encaminhar amanhã (dia 16) ao Palácio do Planalto, por intermédio da Mesa do Senado, pedido no sentido de que o presidente da República determine que o Exército faça nova demarcação de uma

área de 1.089 hectares reivindicada pelos garimpeiros.

DEMARCAÇÃO

Os senadores, na visita que fizeram à região, concordaram que uma nova demarcação poderá impedir que haja conflito entre ga-

rimpeiros e policiais. A demarcação é a primeira exigência dos garimpeiros. Os três senadores constataram que o problema de Serra Pelada poderá se agravar caso não sejam tomadas providên-

cias para evitar um confronto. Ficou acertada uma reunião amanhã, no Senado, para discutir as reivindicações da categoria. Durante a permanência dos senadores em Serra Pelada houve uma manifestação de cerca de 5 mil garimpeiros.

Simon insiste em Meridional como o banco de integração do Mercosul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs sexta-feira que ao invés da privatização, da venda em troca de moedas podres, o Banco Meridional seja o banco de integração do Mercosul.

O senador elogiou entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso a uma rádio gaúcha, segundo a qual Porto Alegre reúne todas as condições de ser um centro de integração financeira do Mercosul.

- Em vez de colocar dinheiro para formar



Pedro Simon

um novo banco, o Brasil entraria com o Meridional e os outros países integrantes do Mercosul dari-

am sua contribuição. Se oferecessem outros bancos para fazer uma fusão, tudo bem, disse Simon, acrescentando que "soa mal" falar-se em criar um banco de integração da região e privatizar o Meridional.

Pedro Simon disse que o Rio Grande do Sul está pagando um preço alto, sofrendo uma concorrência direta da Argentina a partir do Mercosul, porque produz o que aquele país produz, fato que não ocorre com São Paulo, por exemplo.

Hollanda destaca papel de liderança do empresariado

Senador aplaude artigo de Paes Mendonça em defesa de maior aproximação de objetivos entre as políticas públicas e privadas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que a classe empresarial brasileira tem o dever de se manifestar sobre os problemas que afligem o País. A seu ver, os empresários devem não apenas conseguir o máximo de eficiência em sua área específica, mas também ter em vista o contexto global onde atuam: "a sociedade brasileira, tão rica de desafios como de potencialidades".

Por essa razão, Joel de Hollanda pediu a transcrição nos Anais do Senado de artigo de autoria do empresário João Carlos Paes Mendonça, publicado no *Jornal do Commercio* de 19 de junho. Nele, segundo o senador, esse empresário nordestino empreende uma lúcida



Joel de Hollanda

análise das dificuldades com que se depara o Nordeste para superar o estado de subdesenvolvimento econômico e social.

Joel de Hollanda destacou o trecho do artigo em que Paes Mendonça ressalta ser "o suces-

so muito mais viável quando existe uma coordenação adequada de políticas públicas e privadas, cabendo às primeiras a função indutora e facilitadora dos investimentos e das ações das empresas".

- A grande dificuldade, no modo de ver de Paes Mendonça, está em fazer com que os dois setores atuem conjuntamente e em harmonia, maximizando o potencial de crescimento econômico. Para ele, essa é tarefa a ser desempenhada pelas lideranças políticas, empresariais, dos trabalhadores e da classe intelectual - disse o senador, explicando que o autor do artigo considera ainda minoritária a consciência dessa responsabilidade.

Ornelas elogia artigo de presidente da Embrapa

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) elogiou em plenário artigo do presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, sob o título "Feijão com arroz e tecnologia", publicado no jornal *O Globo*, no qual enfatiza que os produtos agrícolas têm dado contribuição positiva ao combate à inflação e reivindica maior presença do setor privado nas pesqui-

sas de novas tecnologias na área da agricultura.

PESQUISAS

Segundo Waldeck Ornelas, 90 por cento dessas pesquisas estão, hoje, a cargo do setor público. Lembrou que, nos últimos dez anos, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela Embrapa, lançou 35 novas variedades de arroz irrigado e 15 de arroz sequeiro.



Waldeck Ornelas

Cabral apóia Sebrae por programa de gestão ambiental

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou sexta-feira a importância do "Programa Sebrae para Gestão Ambiental - Rumo à ISO 14.000", que visa a promover a certificação de qualidade para 200 micro e pequenas empresas, "número igual ao alcançado pela Comunidade Européia inteira".

O Sebrae editou, em colaboração com o Ibama, jornal *Gazeta Mercantil* e Confederação Nacional da Indústria (CNI), 100 mil folhetos sobre melhoria ambiental e oportunidade de negócios, destacou o senador. O programa conta com a chancela da Unesco e, num projeto piloto de auditoria ambiental, integra o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), disse.

A ISO (International Organization for Standardization), como informou Cabral, é uma federação que reúne entidades nacionais de normatização de cem países e representa cerca de 95% da produção industrial do mundo. Em agosto de verão entrar em vigência as normas de certificações ambientais, conhecidas como ISO 14.000, frisou. Elas preocupam o senador, pois, a curto prazo, significarão um aumento das barreiras à importação de produtos tidos como ambientalmente inadequados. Conforme Cabral, os certificados de qualidade ISO 14.000 abarcarão desde a origem do produto, passando por processos tecnológicos ambientalmente corretos, condições ambientais e saúde do trabalhador.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amural
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal